

Paz e guerra entre Inocêncio e Lucena

É apenas do gabinete para fora o acordo de paz celebrado entre o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, e o presidente do Senado, Humberto Lucena. Como políticos civilizados, eles convivem no momento em harmonia, depois de um início de gestão em que trocaram chumbo e, em seguida, visitas de cordialidade para esconder a impressão de que estavam indo para um confronto.

O confronto é inevitável não por se estar diante de dois cabras machos nordestinos, um pernambucano e um paraibano, ambos conscientes de seus poderes, de suas responsabilidades, de seus domínios e do veneno de seus esporões na hora de entrar na rinha, mas porque mais cedo ou mais tarde, na moda de se passar tudo a limpo no país, se reverá também o papel de cada uma das duas Casas do Congresso Nacional.

Ou seja, haveria briga agora, ou mais tarde, tanto com Inocêncio e Lucena como com qualquer outro que assumisse a presidência da Câmara e do Senado. E ela é tanto mais real quanto mais próxima for a chance de vitória do parlamentarismo no plebiscito de 21 de abril. Inocêncio e Lucena, como não são propriamente damas da política, apenas a tornam menos sutil.

No princípio, foi o verbo. Lucena disse no discurso de posse na presidência do Senado uma frase que aos ouvidos de Inocêncio pareceu forte assim, na primeira pessoa: "Presidirei a revisão constitucional..." E o presidente da Câmara saiu com quatro pedras na mão, numa entrevista coletiva, atirando-as contra o presidente do Senado. "Foi para dar um tranco e mostrar que isso não está definido", explica Inocêncio.

O centro inicial da discussão é o artigo 3º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que diz: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral."

Lucena se apegava à interpretação de que se trata de reunião do Congresso Nacional, a ser, obviamente, presidida por ele, presidente do Senado. Inocêncio agarra-se à idéia de que será uma sessão unicameral a ser comandada por qualquer um que tenha voto para se eleger presidente. Como são 503 os deputados e apenas 81 os senadores, obviamente, por essa interpretação, o presidente da revisão constitucional seria Inocêncio — embora ele diga que não pretende sê-lo, pois achou prejudicial à Câmara a acumulação de presidências exercida por doutor Ulysses Guimarães na época da Constituinte.

Os dois, entretanto, tiveram que largar as armas para correr atrás de outro prejuízo. Falaram-se ao telefone, amaciaram o tom, deixaram o tema no ar e saíram a cuidar inicialmente da própria imagem. Perante a opinião pública, por preconceitos ou por certas razões que a consciência de cada um deles deve acusar, Inocêncio e Lucena não são exatamente os melhores garotos-propaganda do Con-

gresso. A primeira missão de cada um deles não é fuzilar o outro, mas mostrar que está no nível de grandeza da instituição que preside.

Cada um tem uma história bem particular. Inocêncio foi vice-presidente da Câmara na gestão de Paes de Andrade. Com uma doença na vista, Paes praticamente deixava que ele presidisse as sessões. No mandato seguinte, o de Ibsen Pinheiro, tinha precedência para escolher o cargo da Mesa onde preferisse ficar. "Como tinha aprendido a parte política da Casa na primeira vice-presidência, quis aprender a parte administrativa, e fui para a primeira-secretaria", conta Inocêncio.

Foi aí que consolidou a fama de político clientelista que já trazia da rotina em seu curral eleitoral, Serra Talhada, em Pernambuco, conceito que Inocêncio rebate com uma veemência de orador de júri e um aval de deixar boquiabertos os adversários — pronunciamentos feitos pelos inatacáveis Ibsen Pinheiro e Waldir Pires, atestando a sua lisura.

Lucena, por sua vez, é de uma candura comovedora quando tenta explicar que não empregou no serviço público tantos parentes quanto se lhe atribuem. Os adversários dizem que com esse jeito franciscano, no bom sentido, ele acaba convencendo e obtendo crédito para nomear mais gente. Este é um estigma contra o qual Lucena se bate permanentemente, apresentando em contraposição uma carreira de lutas em favor das liberdades democráticas e até do combate à corrupção, como diz ter feito em momento decisivo da formação da CPI que levou ao *impeachment* do presidente Collor. Foi ele, segundo conta, que dobrou os líderes do PMDB a aceitar a formação da CPI. Enfim, o senador Lucena tem uma história, além da que caiu na boca do povo.

São homens, Inocêncio e Lucena, com pelo menos três características em comum, além da nordestinidade: a personalidade muito forte; o compromisso cego com a corporação que o elegeu; e o pavio curto.

Se Lucena deu o pretexto para o primeiro tiro, Inocêncio já está lá na frente, com muita munição apontada contra o Senado. Diz em conversas reservadas, por exemplo, que não tem mais sentido os senadores discutirem e votarem o Orçamento da União. Comissão Mista de Orçamento, para Inocêncio, é uma aberração, por ter a presença de senadores. Eles representam os estados e não deveriam, portanto, em sua opinião, tratar do Orçamento da União.

De uma coisa não se deve levantar dúvidas em Inocêncio: ele pode ter vários defeitos, mas não é bobo. Costuma dizer, para provar ser homem de atitudes, que ao passar diante de uma briga de galos ou segue em frente ou pára e começa a torcer por um dos galos. Sequer liga para o fato de que briga de galos é proibida por lei.

Inocêncio não se meteria numa briga dessas com Lucena e o Senado se não tivesse atrás de si uma torcida de deputados.